

INDÍGENAS POR ELES MESMOS: ENGAJAMENTO, ORALIDADE E ESCRITA NA LITERATURA DE AUTORIA INDÍGENA

Rosiler Santos Silva

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de apresentar um breve panorama e alguns aspectos que compõe a literatura de autoria indígena. Refletimos em especial o engajamento sociocultural e político dos envolvidos nesse fazer literário e a estreita relação do texto escrito com a oralidade, a partir da visão dos próprios escritores/as. Com isso, pretendemos nos desvestir, na medida do possível, de referências externas, buscando as vozes dos/as escritores/as e teóricos/as indígenas para também embasar o texto. Para isso foram trazidos, entre outros, os/as escritores/as indígenas Daniel Munduruku (2011, 2017), Eliane Potiguara, Graça Graúna (2012, 2013), Olívio Jucupé, Edson Brito Kayapó (2011) e Davi Kopenawa (2017).

Palavras-chave: literatura-indígena. Oralidade-escrita. Engajamento.

INDIGENOUS FOR THEMSELVES: ENGAGEMENT, ORALITY AND WRITING IN THE INDIGENOUS AUTHORITY LITERATURE

Abstract: This article aims to present a brief overview and some aspects that compose the indigenous authorship literature. We reflect mainly on the sociocultural and political engagement of the involved people in their literary making and the close relationship between the written text and orality, from the view of the writers themselves. With this, we intend to undress, as far as possible, external references, seeking the voices of writers and indigenous theorists to base the text. For this, the indigenous writers Daniel Mun-

duruku (2011, 2017), Eliane Potiguara, Graça Graúna (2012, 2013), Olívio Jecupé, Edson Brito Kayapó (2011) and Davi Kopenawa (2017) were brought in.

Keywords: Indigenous literature. Orality-writing. Engagement.

Introdução

Por mais de 500 anos, os povos indígenas foram desrespeitados, vilipendiados, tendo seus territórios invadidos e usurpados sem o menor receio. O período colonial não atuou só no processo de povoamento de dominação, mas também de soberania epistemológica, se constituindo em uma relação desigual que suprimiu muitas formas de saber próprio desses povos. Esse processo é chamado por Grosfoguel (2007) como racismo epistêmico, onde os conhecimentos não-ocidentais são considerados como inferiores aos conhecimentos ocidentais, ou seja, os saberes tradicionais dos indígenas formam anulados, não só em períodos sob o comando Português, mas também em dia atuais.

A história oficial do Brasil, através dos livros didáticos e da literatura especializada, se organizou de forma a invisibilizar as contribuições e influências indígenas na formação e cultura brasileira, por entender que estes eram povos sem cultura e despidos de qualquer possibilidade de civilizar-se. Entretanto, basta observar para perceber traços indígenas em todas as esferas que constituem o país, a exemplo da música, culinária, medicina, nomes próprios e nas manifestações literárias. É justamente sobre o campo literário que esse texto irá percorrer — campo ou/e movimento que tem se identificado como literatura indígena. Esse fazer literário

incorpora toda a cosmologia indígena, bebe da imensa e simbólica fonte dos mitos, cantos, poemas e saberes ancestrais, que mesmo entrando em um processo de transcrição, editoração e publicação, é fortemente marcada por narrativas com traços de oralidade, e que se coloca como instrumento de conscientização, formação, força e liberdade.

Edson Brito Kayapó (2011) afirma que, com essa literatura, abre-se a possibilidade de revisão da história dos indígenas no Brasil, pois ela dialoga com campos da antropologia, história, sociologia e ao mesmo tempo valoriza as tradições, cultura e experiências desses povos. Com isso, pretendemos nos despir, na medida do possível, de referências externas, buscando as vozes dos/as escritores/as e teóricos/as indígenas para também embasar o texto. Assim, apresentaremos nossas reflexões basicamente em dois tópicos: no primeiro, apresentaremos um breve panorama e aspectos da literatura indígena escrita no Brasil. Já no segundo discutiremos a relação da oralidade e a escrita, questões fundantes nessas narrativas. Para isso nos embasaremos entre outros, nos escritores indígenas Daniel Munduruku (2011, 2017), Eliane Potiguara, Graça Graúna (2012, 2013), Olívio Jecupé, Edson Brito Kayapó (2011) e Davi Kopenawa (2017).

Ressoando vozes: aspectos da literatura indígena

O etnocentrismo age no apagamento do outro, desconsiderando-o enquanto sujeito sociocultural e político, desprovido de qualquer noção de humanização. Esse processo se dá na operacionalização de um pensamento hegemônico que privilegia uma política de identidade branca e ociden-

tal. A sacralização e normalização desse domínio, no Brasil, assim como na América Latina, segundo Grosfoguel (2007), se processa com a colonização no final do século XV, renomeando essas nações com a cosmologia cristã, caracterizando todo conhecimento ou saber não-cristão como produto do demônio e subalternizados. Os indígenas foram vistos, a partir do processo de catequização por parte dos portugueses e jesuítas, como desprovidos de cultura e crenças, caracterizados como canibais, preguiçosos e selvagens, além de terem suas terras usurpadas. Embora não seja a única responsável, a literatura influenciou decisivamente na perpetuação desses estereótipos, ao cunhar expressões como “bom selvagem” e “herói mítico nacional”, construídos, ambos, no Romantismo Brasileiro — 1836 a 1881 - especialmente pelos escritores Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães e José de Alencar, que reproduziu a ideia de que o indígena era um ser predisposto à transculturação e fácil de manobrar, justificando assim, os processos de opressões.

A literatura indígena se junta a outros movimentos para dizer que, apesar dos esforços da cultura eurocêntrica em tentar apagar as contribuições dos povos indígenas em vários campos sociais, estão vivos e lutando para reaver a demarcação e posse das suas terras, assim como o reconhecimento de uma educação e cultura diferenciada que lhes garantam um “lugar no mundo”. Nesse sentido, a escritora Graça Graúna revela que “apesar da falta do seu reconhecimento na sociedade letrada, as vozes indígenas não se calam. O seu lugar está reservado na história de um outro mundo possível” (GRAÚNA, 2013, p. 55). A autora denuncia em seu texto *Literatura Indígena no Brasil contemporâneo e outras questões em*

aberto (2012) os esforços da classe dominante em colocá-los à margem da sociedade brasileira e a negação da FUNAI em conceber a existência de 315.180 indígenas que vivem nos centros urbanos, assim como não contabiliza juntos aos demais os 394 no Rio Grande do Norte e os 314 Piauí indígenas autodeclarados. Contudo, ela afirma que apesar da cegueira da FUNAI, os indígenas estão aqui e não ficarão invisíveis. O censo demográfico do IBGE, em 2010, ratifica isso ao dizer que no Brasil existem 230 povos indígenas, totalizando 817.96 e que houve um acréscimo da população indígena no Nordeste (agora com 208.691 indígenas), além disso, com 180 línguas diferentes. Esse cenário mostra uma contranarrativa destes povos face aos processos de violação. Assim reflete Graúna:

Esse processo refere-se à reafirmação identitária de grupos étnicos que diante de circunstâncias históricas foram impedidos de assumir sua identidade e que por razões também históricas consegue reassumi-la e reafirmá-la, recuperando aspectos relevantes de sua cultura (GRAUNA, apud BANIWA, 2006, p. 4).

A literatura indígena, aqui entendida como a produzida por autores e autoras indígenas, aldeados ou não, por que como diz Graça Graúna (2012, p. 3), “viver na cidade grande não nos faz menos indígenas”, nasce nesse cenário como uma forma de resistência às narrativas brancas que silenciaram as vozes sociais, os saberes ancestrais, memórias e processos de alteridades dos povos indígenas. Munduruku (2017) diz que aqui se traduz um importante lugar de fala, nesse caso é o corpo indígena que fala, ou seja, a escrita faz parte do que ele é, um indígena. Portanto, a literatura indígena é um *lócus* de mobilização e confluências de vozes, *corpus* a

história do povo nativo, só que agora vivida e interpretada pelos povos nativos, o que faz dela uma significativa estratégia de produção e divulgação dos discursos identitários, possibilitando processos de reescritura sociocultural dos indígenas. E essa reescrita parte da capacidade de testemunhar suas experiências em confluências com as histórias e memórias dos mais velhos, questão muito bem empreendida por Graça Graúna:

[...] a literatura indígena contemporânea é um lugar utópico (de sobrevivência), uma variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas), ao longo dos mais de 500 anos de colonização. Enraizada nas origens, a literatura indígena contemporânea vem se preservando na auto-história de seus autores e autoras e na recepção de um público-leitor diferenciado, isto é, uma minoria que semeia outras leituras possíveis no universo de poemas e prosas autóctones (GRAÚNA, 2013, p. 15).

Notadamente, uma literatura que congrega vozes, que fora extraviada por algum tempo, necessita estar em vigilância e (re)afirmando sua função política e literária. Então, a literatura indígena, na visão de Eliane Potiguara (2017), também tem um papel de resgate, preservação cultural, memória e fortalecimento das cosmovisões étnicas. Os escritores em atuação devem incentivar as gerações futuras a aprender a educação bilíngue desde sempre, porque assim conseguem criar mecanismos para resolver as complexidades e conflitos internos e externos. Corroborando com Potiguara, Edson Brito Kayapó (2011) explana que o compromisso dos/as escritores/as indígenas é, principalmente, com a história ancestral, passado e o presente dos povos indígenas. Por isso que

essa prática autoral pode ser considerada uma potente fonte de valorização da identidade e da cultura, transformando-se em recursos didáticos, tanto nas escolas indígenas diferenciadas, quanto nas escolas convencionais espalhadas pelo Brasil, já que os brasileiros precisam entender os processos que levaram esses povos a serem apelidados de índios e o que está subjacente na história produzida pelos livros didáticos que os silenciaram por tanto tempo.

Muito embora desde os anos 80 os/as autores/as indígenas venham produzindo, só recentemente a literatura indígena passou a fazer parte dos estudos literários brasileiros — não se sabe se por esse motivo, o fato que volta meia é tema de discussão e questionamentos. Na opinião de Munduruku (2017), esse questionamento acontece porque querem enquadrar a literatura indígena nos moldes academicistas e ocidentais, não entendendo as especificidades das literaturas advindas das tradições ancestrais. A compreensão de Munduruku dialoga com Miriam Rabelo em *Enredo, feita e modos de cuidados* (2014), onde ela chama a atenção para a necessidade de usar outras epistemologias ou/e orientações teóricas para compreender a ética nos Terreiros, pois esta está assentada na sensibilidade e engajamento com o outro. Graúna afirma que as teorias universalistas não dão conta de entender a representação do negro e do índio na literatura, precisando de abordagens outras — abordagens que compreendam as complexidades das relações sociais dos povos que foram colonizados. Assim, “a expressão artística do ameríndio e do africano sugere uma leitura das diferenças, pois o ato de conhecer o outro implica o ato de interiorizar a história, a auto história, as nossas raízes” (GRAÚNA, 2013, p. 47).

Dessa forma a autora atenua para as epistemologias que rompem com etnocentrismo e com os efeitos provocados pelos racismo epistêmico na produção do conhecimento dentro e fora da academia. Nesse sentido, a literatura indígena, que exprime entre outras coisas, um sentido de resistência, o direito à palavra oral e escrita, denúncia o neocolonialismo, a opressão linguística e cultural ainda operante no país. Isso significa, que a rejeição que a literatura indígena sofre, em alguns espaços, tem a ver com o racismo e os processos de colonialidade presentes nas estruturas sociais do país, incluindo, as literaturas afro-brasileiras por possuírem uma característica de reafirmação de identidade e convocação para resistência à práticas que invisibilizam os grupos sociais. Munduruku nos chama a atenção justamente para esse processo: pensar a literatura como um conceito mais holístico, que abrange todas as formas de conhecimento vivenciado no cotidiano das aldeias:

É em função dessa compreensão que temos dado ao fenômeno da Literatura Indígena um *status* maior do que apenas a escrita. Para os indígenas, a escrita é apenas uma forma simbólica de representação. A dança é outra. O rito é outro. Portanto, compreender a Literatura Indígena é entender, também, que ela não pode estar presa a um conceito apenas. Ela é mais ampla. Mais dinâmica. Mais completa (MUNDURUKU, 2011, s. n).

Engajamento e panorama da literatura indígena

O manifesto literário indígena traduz uma postura dos povos indígenas frente à sociedade, uma forma de, como diz Kayapó (2011, s. n) mostrar que “estão vivos, ativos e reati-

vos, por mais que a história oficial e a própria literatura nacional tenham silenciado essa condição”. A literatura indígena é uma extensão da luta — pelo território, pela cultura, pela vida, então, não dá para desatrelá-la ao engajamento em processos políticos (KOPENAWA, 2017). Portanto, a escrita indígena é militante, comprometida com a causa de seus povos, ou seja, os autores/as estão envolvidos com organizações e redes que buscam melhoria dentro e fora do fazer literário.

Nesse sentido, é importante trazer algumas informações referentes ao cenário de relações e atuações de alguns autores. Assim, Daniel Munduruku coordenou o Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual — INBRAPI, ONG criada em 2003 para promover a articulação dos povos indígenas brasileiros para a proteção do patrimônio cultural, visando à proteção dos conhecimentos tradicionais, associados ou não à biodiversidade e Diretor presidente do Instituto UKA — Casa dos Saberes Ancestrais. Eliane Potiguara é coordenadora de uma associação de apoio às mulheres indígenas — rede GRUMIN, sendo indicada em 2005 ao Prêmio Nobel da Paz (Projeto Mil Mulheres do Mundo). Olívio Jekupé é presidente da associação Guarani Nhe’ê Porã que apoia e divulga a cultura Guarani e organiza projetos na Aldeia Krukutu, em São Paulo. Cristino Wapichana coordena o Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas do Brasil — NEARIN, sediado no Rio de Janeiro, criado em 2003 com intuito de discutir temas relevantes sobre literatura indígena e direitos autorais, além de promover a qualificação de indígenas para o exercício profissional a partir da produção literária e, ainda, promover o Encontro de Escritores e Artistas indígenas. Além des-

ses, os indígenas estão envolvidos com suas associações e ONGs, estendendo diálogos com entidades de outras extensões tradicionais, a exemplo dos quilombolas, visto que o contexto atual continua a ser de perseguição. Há um parlamento com uma forte bancada ruralista que pressiona o governo para tomar suas terras, por isso os indígenas se articulam para se fortalecerem e a literatura permite que suas bandeiras cheguem mais longe.

Assim como qualquer movimento ligado às margens, que não tem o amplo apoio das grandes mídias, os/as autores indígenas vêm usando outros meios de comunicação, a exemplo da internet (blogs, sites, redes sociais...) como principal instrumento de divulgação das suas produções (livros, textos reportagens, eventos etc.), das ONGs que defendem as causas indígenas, além de ligá-los as redes nacionais e internacionais. Esses/as escritores/as são reconhecidos/as internacionalmente por sua militância e têm mantido contato com os demais povos ameríndios e outros povos espalhados pelo mundo. Vale dizer que esses/as escritores/as são oriundos de regiões diversas do país e, que boa parte, por razões diferentes moram em centros urbanos, entretanto com convergência de motivação para estarem produzindo literaturas engajadas e com objetivos pedagógicos, já que a situação das suas comunidades originárias está bem vulnerável. Há de se reconhecer que muitos dos livros, a exemplo de Karaíba — Uma História do Pré Brasil (2010), de Daniel Munduruku, Oré Awé Róirú A Ma Todas as vezes que dissemos adeus (2002), de Kaká Werá Jekupé e A terra é a mãe do Índio (1989), de Eliana Potiguara, que estão em circulação sobre os indígenas, entre os indígenas e não indígenas é fruto desse grande mo-

vimento literário e são produções importantes para se entender a identidade dos povos indígenas e da própria identidade brasileira.

A colaboração e divulgação coletiva é uma característica marcante entre os autores/as indígenas, um está sempre referenciando os outros, não só nas palestras, mas nos textos teóricos e, foi exatamente em uma entrevista que Munduruku (2017) informou que, fora as produções em parcerias com Instituições de apoio, eles/as têm mais de 150 títulos publicados e mais de 30 escritores/as. Segundo Guesse (2011), nas obras individuais, se destacam, além do próprio Munduruku, Olívio Jekupé, Kaká Werá Jekupé, Yaguarê Yamã, Kanatio Pataxó, Rene Kithaulu, Ailton Krenak, Eliane Potiguara, Roni Wasiry Guará, Tiago Haki'y, Cristrino Wapixana, Elias Yaguakãg, Graça Graúna, Sulamy Katy, Kerexu Mirim, Lia Minapoty, Ely Makuxi, Edson Brito Kayapó, entre outros. Já na produção de autoria coletiva, podemos citar os povos: Gurani, Maxakali, Yanomami, Kiriri, Desana-ware, Satare-mawe, Kaxinawá.

As obras da literatura indígena, em sua maioria, são editadas como literatura Infante — juvenil, por isso são visualmente vivas e com ilustrações bem coloridas, feitas pelos próprios indígenas. Para estes indígenas, as ilustrações têm a mesma importância das histórias escritas, “muitos povos usam grafismos com elementos próprios de sua cultura, o que acaba sendo um elemento de diferenciação entre as etnias. São várias as funções dos desenhos” (KAINGÁNG, 2011, s. n). Segundo Munduruku (2017), o próprio mercado exige ilustrações em histórias para criança, e os indígenas já entenderam que precisam investir nesse processo, questão não

necessariamente difícil, já que desenhar é uma prática ancestral nas aldeias, sendo, nesse caso, “juntar a fome com a vontade de comer”, como diz o ditado. Ocupam espaço de visibilidade no campo das ilustrações, Uziel Guaynê, Yaguareê Yamã, Elias Yaguakãg, Cleomar Tahuare e Sbel.

Embora a própria estrutura racista da sociedade dificulte a expansão da literatura indígena, ela tem conseguido algum espaço, principalmente dentro da produção infanto-juvenil, em parte por incentivos de programas governamentais de compra de livros e a partir dos direitos garantidos legalmente aos indígenas brasileiros, como asseguram a Constituição de 1988¹, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, o Plano Nacional da Educação, de 2001 e a aprovação da Lei 11.649, que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, mas também ao acesso a editoras privadas, exemplo da A queda do céu (2015), de Kopenawa e Albert, publicado pela Cia das Letras, a coleção Mundo Indígena (2016), em sete volumes bilíngues pela Hedra, e a coleção Tembetá pela Azougue Editorial.

Os autores e autoras indígenas, de uma forma geral, movimentam vários instrumentos para avançar no mercado editorial, nas universidades, levando em conta todo prospecto contemporâneo, mas sem perder suas raízes ancestrais,

¹ A constituição brasileira de 1988 reconheceu oficialmente a existência de línguas indígenas no Brasil e garantiu o direito à educação bilíngue. Como consequência disso, a partir da década de 90, escolas indígenas diferenciadas começaram a ser criadas em nosso país (GUESSE, 2014, p. 105).

ainda mais agora que, timidamente, está havendo uma aceitação de educação diferenciada e leituras interculturais.

Relação da escrita com a oralidade: olhar dos escritores indígenas a essa prática escritural.

Claro está que se estes povos fizeram apenas a “tradução” da sociedade ocidental para seu repertório mítico, correrão o risco de ceder “ao canto da sereia” e abandonar a vida que tão gloriosamente lutaram para manter. É preciso interpretar. É preciso conhecer. É preciso se tornar conhecido. É preciso escrever — mesmo com tintas do sangue — a história que foi tantas vezes negada (MUNDURUKU, 2011, s. n).

Notadamente, a relação da escrita com a oralidade faz parte do *corpus* da literatura indígena. As narrativas, os cantos, mitos e poemas, antes transmitidos apenas pela oralidade estão sendo escritos por indígenas. Esse processo tem se dado de uma forma tranquila — pelo menos é o que se percebe nos depoimentos e falas dos autores da literatura indígena — até porque as vivências cotidianas nas aldeias não pararam por conta na introjeção desse tipo de escrita. As histórias, os mitos, os cantos continuam sendo contados oralmente, assim como os ensinamentos dos mais velhos aos mais novos.

Isso posto, algumas questões são importantes antes de “seguir caminho”, como dizem os povos de Terreiro:

A experiência com o tirocínio na disciplina *Língua e Cultura Indígena* do curso de Letras, UNEB/ Campus XIV, Conceição do Coité/Ba, e as discussões referentes à minha pesquisa

sobre educação quilombola possibilitaram perceber que os trabalhos acerca desses temas usam pouco escritores (poetas) como referência teórica, até no caso da literatura indígena, em que a maioria dos/as autores também são professores e críticos literários. E, mesmo que não fossem, ainda assim, teriam mais propriedade em analisar esses processos por partir do seu lugar de fala, que segundo Djamila Ribeiro (2017, p. 90), “seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado [...]”. O que também seria um modo dos próprios escritores/as testemunharem suas experiências. Acredito que a ausência desses referenciais tem muito a ver com a forma colonizadora com que as universidades lidam com as literaturas não canônicas, precisando de epistemologias eurocêntricas para que os textos sejam legitimados. Portanto, e seguindo o desafio de pensar outras epistemologias, tomei a decisão de usar apenas teóricos indígenas, não para conceituar as sociedades orais e as escritas, mas para verificar como a oralidade e a escrita se relacionam nesse fazer literário.

É necessário pontuar que essa decisão nada tem a ver com a importância das obras e dos/as autores que discutem literatura indígena e as tradições orais, alguns, em particular me interessam muito, estarei, inclusive recorrendo em outros momentos. *Na Captura da Voz: As edições das narrativas orais* (2004), de Maria Inês de Almeida e Sônia Queiroz, foi um dos livros mais citados no Estado da arte que estou fazendo sobre o tema, além de ter me possibilitado uma compreensão maior sobre as discussões supracitadas. Outro trabalho importante é o *Shenipabu Miyui: literatura e mito* (2014), de Érika Bergamasco Guesse.

No ensaio *Literatura indígena e o ténue fio entre escrita e oralidade*, Daniel Munduruku (2011) relata que a escrita é uma prática recente no cotidiano dos 230 povos que vivem no Brasil. Os sábios, os conhecedores ancestrais, sempre priorizaram a fala, a palavra, a oralidade como instrumento de transmissão da tradição, obrigando as novas gerações a exercitarem a memória, guardiã das histórias vividas e criadas. No entanto, ele diz que “a memória é, pois, ao mesmo tempo passado e presente que se encontram para atualizar os repertórios e encontrar novos sentidos que se perpetuam em novos rituais que abrigarão elementos novos num movimento repetido à exaustão ao longo de sua história” (2011).

Para o autor, foi graças às memórias e aos ensinamentos ancestrais que muitos povos resistiram às violências impostas pelos colonizadores, quando estes invadiram seus territórios, roubaram suas identidades, desvalorizaram suas crenças e ensinamentos. Contudo, os resquícios do processo de colonização ainda impõem sofrimento e continuam, em moldes diferentes, tentando usurpar seus territórios e saberes. Por conta disso, os povos aprenderam que era necessário se apropriar de outras estratégias, manejar as mesmas tecnologias dos juruás, inclusive a escrita, para sobreviver às novas disputas. Munduruku diz que tanto ele como seus parentes (forma que eles se tratam, mesmo não sendo consanguíneos) estão cientes dos riscos dessa relação, e o *canto da sereia* não os assusta; não mais, por que diferente de outros tempos, a escrita dos “brancos” tornou-se um importante instrumento na conservação e continuidade das tradições indígenas. Assim ele explana:

É preciso interpretar. É preciso conhecer. É preciso se tornar conhecido. É preciso escrever — mesmo com tintas do sangue — a história que foi tantas vezes negada. A escrita é uma técnica. É preciso dominar esta técnica com perfeição para poder utilizá-la a favor da gente indígena. Técnica não é negação do que se é [...] É demonstração de capacidade de transformar a memória em identidade, pois ela reafirma o Ser na medida em que precisa adentrar no universo mítico para dar-se a conhecer ao outro. O papel da literatura indígena é, portanto, ser portadora da boa notícia do (re)encontro. Ela não destrói a memória na medida em que a reforça e acrescenta ao repertório tradicional outros acontecimentos e fatos que atualizam o pensar ancestral” (MUNDURUKU, 2011, s. n).

Dessa forma a linha tênue entre oralidade e escrita serve muito mais como processo necessário de transformação e atualização da memória e dos saberes do que possibilidade de ruptura, como muitos teóricos teimam em acreditar. Pensar em ruptura é se fechar para os processos interculturais e negar os hibridismos que os povos que foram colonizados estão suscetíveis. Portanto, usar a escrita do seu fazer literário de forma nenhuma é negar a tradição oral, até por que a escrita é só uma entre tantas tecnologias disponíveis, em que a memória tem buscado se apropriar com a intenção de se manter viva. Assim, “é também uma forma contemporânea de a cultura ancestral se mostrar viva e fundamental para os dias atuais” (MUNDURUKU, 2011, s. n).

Kayapó (2011) defende que muito da visibilidade dos movimentos de resistência dos povos indígenas é oportunizada pela literatura escrita, e a impressão que se tem com isso é que só agora os leitores e editoras estão conhecendo,

de fato, os povos indígenas ou, pelo menos, suas histórias e modo de vida. E isso lhes dá a oportunidade de contribuir para revisar a história do Brasil, no que se refere, principalmente, aos povos originários. Para o autor, está claro que a escrita é apenas uma das formas de representação simbólica da cultura indígena. A partir dessa reflexão surgem algumas questões importantes para o avanço nesse processo. Kayapó pontua três aspectos:

A literatura indígena na sua expressão escrita pode ser visualizada enquanto convergência de três aspectos: é uma forma de representação da cultura indígena; é também uma forma de redescoberta do Brasil (conforme a nossa ótica) e é uma possibilidade de reencantamento de um mundo em crise. Os três aspectos devem apontar um caminho de valorização/afirmação da cultura dos povos indígenas, desmontando o preconceito histórico a nós atribuído (KAYAPÓ, 2011, s. n.).

Olívio Jekupé é um indígena do povo Guarani que também se destaca no cenário dos escritores indígenas que, para ele, literatura *nativa*, pois prefere se distanciar radicalmente das produções que sempre desvalorizaram a cultura do seu povo. Trago aqui dois trechos da entrevista concedida a Francis Mary Rosa para a revista *Ponto de Interrogação*, que considero bem elucidativos da forma como o autor vem refletindo sobre a prática escritural dos indígenas. Na primeira, o autor é questionado se ele acredita na perda de algo no processo de transcrição das narrativas ancestrais. Ele responde da seguinte forma:

Bom, a oralidade eu vejo como algo muito importante, e sei do valor que ela tem pras comunidades indígenas, mas antes não existia a escrita nas aldeias, por isso com a escrita dentro das

aldeias, as pessoas começaram a escrever também, vejo que tanto a oralidade, quanto a escrita é importante dentro das aldeias. Sei que muitas coisas da oralidade se perdeu nesses séculos, por isso a escrita surge como um complemento, onde podemos registrar nossas histórias e não deixar com que ela morra, por isso temos que usar dentro da aldeia a oralidade e a escrita como forma de defesa. Por isso com a escrita podemos registra muitas coisas, até os cantos, as histórias e até acontecimentos atuais, como mortes de indígenas, ou sobre demarcação, que aliás temas difícil de ser publicado pelas editoras (ROSE, 2014, p. 188).

A segunda traz, justamente, a questão da construção da identidade do autor, em meio às influências e confluências a partir da relação da sociedade de tradição oral, do qual ele é originário, com o processo de escolarização baseada na valorização da tradição letrada e ocidental. A resposta de Jekupé dialoga com as perspectivas de deslocamento, Interculturalidade e auto-sustentação que o universo indígena trabalha, tanto na literatura como na educação escolar indígena. Se-que sua resposta na íntegra:

Temos nosso mundo, mas o outro mundo existe e não temos como deixar ele de lado, a não ser que todos fossem embora do País e nós indígenas vivêssemos sozinhos por aqui, mas isso é impossível e por isso temos que aprender a viver com esses dois mundos, a oralidade e a escrita, pois do contrário acredito que sem ela hoje seremos mais destruídos, pois a escrita dos não indígenas temos que saber usar dela como nossa arma de defesa (ROSE, 2014, p. 189).

Ao meu ver, Jekupé concebe a literatura escrita indígena como um fato dado da sociedade contemporânea e do qual as sociedades tradicionais não podem refutar, pois com

as novas disputas que têm se configurado, ela se transforma em uma grande aliada dos indígenas.

Os últimos textos de Potiguara demonstram essa preocupação e, por isso, a autora tem explanado a necessidade dos indígenas se apropriarem das tecnologias, na medida em que vários povos, a exemplo do México e do Panamá, dialogam tão bem com as tecnologias e os saberes tradicionais, que acabam por ser precursores na imprensa e na literatura indígena. Com isso, mesmo que seja um desafio, é urgente que os povos indígenas do Brasil se insiram na sociedade de informação. Reflete a autora:

[...] A cultura tradicional sofre evoluções com o modernismo e tecnologias. Essas tecnologias devem ser usadas como ferramentas para a defesa dos direitos indígenas. Desenvolvimento para povos indígenas deve ser um processo que coaduna cultura tradicional e novas tecnologias e novas esperanças [...]. Diante do mundo moderno e de alguns aspectos maléficos da neocolonização e globalização, se reforça que é necessário o registro escrito, realizado pelos próprios indígenas como uma medida de precaução e cuidado para que o “contar” e historiografia indígenas não caiam no domínio público, ou que terceiros ou instituições sejam beneficiados nos aspectos financeiro, histórico e moral pelos direitos autorais (POTIGUARA, 2012, s. n).

A receptividade aparente nos discursos dos autores/as, em relação à prática escritural dão conta dos deslocamentos, alteridade e misturas de tendências que são características próprias da contemporaneidade. Além disso, falar das experiências de deslocamentos que os indígenas passaram ao terem que sair das suas aldeias para completar seus estudos

na cidade, através de livros, possibilita discutir as memórias do seu povo, transformando em auto-história. Atrevo-me a colocar o poema de Graça Graúna (2017, s. n) para elucidar o que parece

Escrevivência

Ao escrever,

dou conta da minha ancestralidade;

do caminho de volta,

do meu lugar no mundo.

Considerações finais

O colonialismo essencializou os sujeitos instituindo formas de exclusão e supressão das suas subjetividades, imprimindo sentido que até hoje se perpetua nas sociedades, inclusive nas instituições de ensino. As Universidades sempre priorizaram as epistemologias eurocêntricas e etnocêntricas, excluindo os saberes produzidos pelos povos tradicionais, camponeses, subalternos urbanos e rurais, oriundos de periferias. A presença da literatura indígena, assim como a negra, suscita questionamentos sobre as narrativas e discussões privilegiadas, abrindo fissuras para a entrada de outras epistemologias, outras leituras que mobilizam as diferenças, consideram as especificidades do fazer literário dos povos tradicionais e priorizam a descolonização das relações dos grupos sociais subalternizados.

Nesse sentido, a literatura indígena é um instrumento para que os povos indígenas reflitam acerca das tragédias cometidas pelos colonizadores contra si próprios, mas é também uma forma de dar boas novas, de acreditar que a partir da desconstrução dos estereótipos, um mundo melhor

será possível. O fazer literário indígena mobiliza vozes marcadas pela exclusão, silenciamentos e promove (re)encontros de sujeitos, sentido e memórias, estabelecendo relações entre a oralidade e a escrita. E essa relação se dá na prática escritural e literária, fortalecendo a cultura e a identidade dos povos originários, à medida que as publicação dos livros contém as histórias coletadas dos detentores dos conhecimentos ancestrais, por escritores também indígenas que cuidadosamente (re)apresentam aos não indígenas, os indígenas, com seus valores, hábitos culturais e práticas tradicionais.

Por fim, é importante dizer que apesar de ser uma produção pouco divulgada e difundida, os escritores/as indígenas estão publicando consideravelmente, tanto individual quanto coletivamente, e estão crescendo a cada dia. Para além disso, esse processo tem mobilizado pessoas, organizações, movimentos diversos em torno da causa indígena, seja na luta pelo território, na manutenção e valorização da sua cultura ou garantia de uma educação de fato diferenciada, tornando a literatura indígena um potente dispositivo para esses povos.

Referências

ALMEIDA, Maria Inês de; QUEIROZ, Sônia. *Na captura da voz: As edições da narrativa oral no Brasil*. Belo Horizonte: A Autêntica; FALE/UFMG, 2004.

FERREIRA, Maria das Graças. *O direito à literatura indígena*. 2009. Disponível em: <http://ggrauna.blogspot.com/2009/04/o-direito-literatura-indigena.html>. Acesso em: 01 mar. 2011.

GRAÚNA, G. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte, Mazza, 2013.

GRAÚNA, Graça. Literatura Indígena no Brasil contemporâneo e outras questões em aberto. *Educação&Linguagem*. v. 15, n. 25, p. 266-276, jan.-jun. 2012.

GROSGOUEL Ramón. *Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais*. Trad. Flávia Gouveia. Disponível em: < cipcs2018.wixsite.com/icipcs/comunicadores>. Acesso em: 25 de Fev. 2018.

GUESS, Érika Bergamasco. Vozes da floresta: a oralidade que (re)vive na escrita literária indígena. *Boitatá – Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL*. n. 12, p. 104-121, jul. dez 2011. Londrina.

GUESSE, Érika Bergamasco. *Shenipabu Miyui: literatura e mito*. Tese (Doutorado em Estudos Literários). Araraquara/SP: UNESP, 2014.

MUNDURUKU, Daniel. *Literatura indígena e o ténue fio entre escrita e oralidade*. 2011. Disponível em: <http://sociedadedospoetasamigos.blogspot.com.br/2014/12/literatura-indigena-e-o-tenue-fio-entre.html>. Acesso em: 1 de Mar. 2018.

MUNDURUKU, Daniel. Daniel Munduruku reflete sobre a Literatura Indígena. Youtube. 12 de Jul. 2017. (11m47s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SNiCVnf8uCg&t=19s>> Acesso em: 14 de Mar 2018.

POTIGUARA, Eliane. *La tinta y la palabra de la tradición oral a la escrita en lengua indígena y en las adaptadas*. 2012. Disponível em: <http://sociedadedospoetasamigos.blogspot.com.br/2012/04/eliane-potiguara-escritora-poeta-e.html>>. Acesso em: 1 de Mar. 2018.

RIBEIRO, Djamilá. *O que é lugar de fala*. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RABELO, Miriam C. M. *Enredos, feitura e modos de cuidado*. Dimensões da vida e da convivência no candomblé. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 233-274.

ROSA, Francis Mary. Olívio Jekupé: etnia e tradição na escrita de um povo: entrevista com o escritor Edson Brito Kayapó. In: Revista

Pontos de Interrogação. Arquivos e testemunhos sobre língua, cultura e modos de vida indígena Vol. 4, n. 2, jul. dez. 2014, p. 185. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br>.

KAYAPÓ, Edison Brito. *A literatura indígena é um conhecimento ancestral*. Disponível em: <http://caravanamekukradja.blogspot.com/2011/01/literatura-indigena-e-um-conhecimentoaancestral/>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

KAYAPÓ, Edson. Importância da Literatura Indígena. *Youtube/ Instituto UKA*. 19 de Jun. 2016. (4m27s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sIQ5KFhF2dU>. Acesso em: 14 de Mar 2018.

KAINGÁNG, Vãngri. *Ilustração na literatura indígena*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/blogs/estadinho/wp-content/uploads/sites/580/2011/07/esto2_0405-2.jpg>. Acesso em: 14 de Mar 2018.

KOPENAWA, Davi. *Literatura indígena: vida, luta, cultura*. 2017. Disponível em: < <http://www.suplementopernambuco.com.br/entrevistas/1826-literatura-ind%C3%ADgena-vida,-luta,-cultura.html>> Acesso em: 01 de Mar. 2018.

[Recebido: 31 out. 2017 — Aceito: 4 dez. 2018]